A empresa NOSSA VISAO OFTALMOLOGIA LTDA CNPJ 2614285000118 teve sua licença deferida.

6059.2022/0012277-8 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil DEFERIDO

A empresa NOSSA VISAO OFTALMOLOGIA LTDA CNPJ 2614285000118 teve sua licença deferida.

6059.2022/0012270-0 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil DEFERIDO

A empresa PANADERO ARTESANO ALIMENTOS LTDA. CNPJ 40112976000170 teve sua licença deferida.

6059.2022/0012271-9 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil DEFERIDO

A empresa PANADERO ARTESANO ALIMENTOS LTDA. CNPJ 40112976000170 teve sua licença deferida.

6059.2022/0012246-8 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil DEFERIDO

A empresa BAR E RESTAURANTE CALCADAO DE OURO LTDA CNPJ 31660199000108 teve sua licença deferida.

6059.2022/0012247-6 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil DEFERIDO

A empresa BAR E RESTAURANTE CALCADAO DE OURO LTDA CNPJ 31660199000108 teve sua licença deferida.

6059.2022/0012248-4 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil DEFERIDO

A empresa BAR E RESTAURANTE CALCADAO DE OURO LTDA CNPJ 31660199000108 teve sua licença deferida.

6059.2022/0012282-4 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil DEFERIDO

A empresa ES BIO CENTRO ESTETICA SANTANA LTDA CNPJ 39776215000134 teve sua licença deferida.

6059.2022/0012283-2 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil DEFERIDO

A empresa ES BIO CENTRO ESTETICA SANTANA LTDA CNPJ 39776215000134 teve sua licença deferida.

6059.2022/0012284-0 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil DEFERIDO

A empresa ES BIO CENTRO ESTETICA SANTANA LTDA CNPJ 39776215000134 teve sua licença deferida.

6059.2022/0012286-7 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil DEFERIDO

A empresa ES BIO CENTRO ESTETICA SANTANA LTDA CNPJ 39776215000134 teve sua licença deferida.

6059.2022/0012288-3 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil DEFERIDO

A empresa LAVAI ALUGUEIS INTELIGENTES LTDA CNPJ 3554937000193 teve sua licença deferida.

Processos da unidade SUB-VM/TÓ LEGAL

A vista do contido no 6059.2022/0012250-6 - M2 SOLUCOES EM ENGENHARIA LTDA - DEFIRO O TERMO DE PERMISSÃO DE USO para Sistema de Compartilhamento de Bicicletas nos termos Decreto nº 57.889/2017, Decreto nº 58.831/2019 e Resolução SMT/CMUV nº 17/2017..A vista do contido no 6059.2022/0012249-2 - FRANCISCO GOMES DE ALBUQUERQUE 22936908817 - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..

VILA PRUDENTE

GABINETE DO SUBPREFEITO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2022-2-238

SUBPREFEITURA VILA PRUDENTE

ENDERECO: AVENIDA DO ORATORIO, 172
2020-0.010.875-6 ADEADES SOUZA DOS SANTOS
DEFERIDO

DEFIRO O PRESENTE PROCESSO NOS TERMOS:1) LEI N 16.642/17, REGULA MENTADA PELO DECRETO N 57.776/17. 2) LEI N 16.050/14. 3) LEI N 16.402/16.

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

PROTOKOLO	PROJETO	PROPONENTE	SEGMENTO
01	2021.06.29/02395	13ª BIENAL INTERNACIONAL DE ARQUITETURA	Artes plásticas, visuais e "design"
02	2020.06.26/01928	Geração C	Cinema e séries de televisão
03	2020.02.03/00961	Graffiti Urbano Festival	Artes plásticas, visuais e "design"
04	2020.05.27/01474	Exposição virtual Obras de Maria Lynch	Artes plásticas, visuais e "design"
05	2021.06.24/02284	A LIGA DOS PETS	Teatro
06	2020.04.29/01283	Pequenos Leitores	Literatura
07	2021.03.27/02082	CINE GEEK SÃO PAULO	Artes plásticas, visuais e "design"
08	2021.06.30/02323	Diálogos Contemporâneos - Marilá, Lothar, Willys	Artes plásticas, visuais e "design"

Após análise e discussão a Comissão Julgadora de Projetos decidiu pela APROVAÇÃO PARCIAL DA SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO dos projetos abaixo relacionados:

PROTOKOLO	PROJETO	PROPONENTE	SEGMENTO
01	2020.05.27/01641	Cine Blend	Cinema e séries de televisão
02	2020.05.27/01438	Elas por Nós	Video e fotografia
03	2021.05.18/02117	SP CLICK	Cultura digital

Após análise e discussão a Comissão Julgadora de Projetos decidiu pela REPROVAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO dos projetos abaixo relacionados:

PROTOKOLO	PROJETO	PROPONENTE	SEGMENTO
01	2021.06.30/02839	Elas são Teras! - 2a Temporada - Histórias de brasileiras extraordinárias	Programas de rádio
02	2020.03.13/01177	Festival Gastronômico das Nações - Cultura dos Continentes	Patrimônio histórico e artístico portivo Ltda.

Os pareceres completos estarão disponíveis para consulta do proponente na plataforma do PROMAC (<http://smcsistemas.prefeitura.sp.gov.br/promac/index.php>) em até 02 (dois) dias úteis após a publicação desta ata no Diário Oficial da cidade.

COMUNICADO - ENCERRAMENTO DAS REUNIÕES DA COMISSÃO PROMAC 2022

Processo nº 6025.2022/0009990-8

Comunicamos que devido ao recesso de final de ano as reuniões da Comissão Julgadora de Projetos do ano de 2022 estão encerradas e serão retomadas em 2023.

As solicitações anexadas no sistema PROMAC a partir de 16 de dezembro serão analisadas somente a partir de 13 de janeiro de 2022.

PORTARIA 85

Aline Nascimento Barrozo Torres, Secretária Municipal de Cultura, no uso de suas atribuições legais e nos termos do item 5, subitens 5.1 e 5.4 do EDITAL DA SEMANA PAULISTANA DO CURTA-METRAGEM 2021 (SEI 070816525), publicado no DOC em 17/09/2022.

RESOLVE:

- Constituir a seguinte Comissão Julgadora:
 - João Paulo Campos (SEI 074320668)
 - Tatiana Travisani (SEI 075930915)
 - Natara Ney (SEI 074323585)

ENDERECO: .
PROCESSOS DA UNIDADE SUB-VP/CPDU/SPU
2018-0.072.488-4 ELIZETE APARECIDA BOTTA
DEFERIDO

DEFIRO A PRESENTE SOLICITAÇÃO, DE TRANSFERENCIA DE TITULARIDADE DE PERMISSÃO DE USO DE BANCAS DE JORNALIS E REVISTAS EM NOME DE, LAIRTON APARECIDO PORTANTE TPU 017/2005, ELIZETE APARECIDA BOTTA TP U002/2021, TENDO EM VISTA A BANCA ATENDER LEGISLAÇÃO VIGENTE, NOS TERMOS DA LEI 10.072/86 E DECRETO 22.709/86.

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 1296

SUBPREFEITURA DA VILA PRUDENTE
ENDERECO: AVENIDA DO ORATORIO, 172
Processos da unidade SUB-VP/CPDU/SUSL
6060.2022/0002346-5 - Multas: recurso
Tornar sem Efeito e Despacho indeferido
Interessados: SHELTER MIDIA PUBLICAÇÕES LTDA
DESPACHO:

1- Tornou sem efeito despacho de Indeferido publicado em 17/12/2022, tendo em vista numero da multa constar incorreto e Considerando os elementos constantes no presente em especial a manifestação da Supervisão de Fiscalização, INDEFIRO a solicitação inicial, pela distribuição em vias e logradouros públicos de folhetos, panfletos ou qualquer tipo de material impresso veiculando mensagens publicitárias entregues mediante nos termos da Lei 14.517/07 alterada pela Lei 14.583/07, e do §1º do artigo 26 da Lei 14.517/07 que considera infrator o beneficiário da divulgação do produto ou serviço, e como se vê da cópia do material apreendido, a empresa atuada está presente no anúncio do empreendimento. **MANTENHA-SE O AM 06-237.696-9.**

2- Publique-se;

3- Anexar a publicação e encaminhar para UNAI para prosseguimento.

Processos da unidade SUB-VP/TÓ LEGAL

A vista do contido no 6060.2022/0003428-9 - OLARIO LUIZ PEREIRA NUNES - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..

SAPOPEMBA

GABINETE DO SUBPREFEITO

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 1296

SUBPREFEITURA DE SAPOPEMBA
ENDERECO: AVENIDA DO ORATORIO,
Processos da unidade SUB-SB/TÓ LEGAL

A vista do contido no 6061.2022/0002078-0 - VICTOR DE SOUZA AGUIAR TEIXEIRA - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..

CULTURA

GABINETE DA SECRETÁRIA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2022

COMISSÃO JULGADORA DE PROJETOS CULTURAIS – PROMAC

Processo nº 6025.2022/0009990-8

A reunião ordinária da Comissão Julgadora de Projetos do PROMAC foi iniciada às 9h10 do dia 16 de dezembro de 2022, sexta-feira e foi realizada via videoconferência. Estavam presentes Alexandre Lourenço da Silva, Bruno Otávio Toma da Silva, Emerson Cesar Nascimento, Fernanda Regina Rodrigues, Jamir Ferreira Lopes, Lucia Helena da Silva, Marcio Roberto de Moraes Filho e Natália Santos Duarte representantes da sociedade civil; e Aretha Ines Aparecida Ferreira Bento representante da administração pública, respeitando o quorum de cinco participantes sendo a maioria representantes da sociedade civil. Foi informado aos pareceristas que a reunião seria encerrada às 13h00. A reunião foi encerrada às 10h55.

Após análise e discussão a Comissão Julgadora de Projetos decidiu pela APROVAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO dos projetos abaixo relacionados:

PROJETO	PROPONENTE	SEGMENTO
Weimar Empreendimentos Artísticas Ltda	Artes plásticas, visuais e "design"	
GM SERVIÇOS FOTOGRAFICOS LTDA	Cinema e séries de televisão	
BOSSA PROJETOS CULTURAIS LTDA	Artes plásticas, visuais e "design"	
ARTE ENSAIO EDITORA LTDA	Artes plásticas, visuais e "design"	
RTS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A	Teatro	
RAFAELA DE CAMARGO BARROS	Literatura	
MOSAICY EVENTOS LTDA EPP	Artes plásticas, visuais e "design"	
Instituto de Arte Contemporânea	Artes plásticas, visuais e "design"	

Após análise e discussão a Comissão Julgadora de Projetos decidiu pela APROVAÇÃO PARCIAL DA SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO dos projetos abaixo relacionados:

PROJETO	PROPONENTE	SEGMENTO
Cine Blend	ZEPPELIN PRODUCOES E LOGISTICA LTDA ME	Cinema e séries de televisão
Elas por Nós	AZMINA	Video e fotografia
SP CLICK	PPCULTURAL, PROMOCOES, EVENTOS E SERVICOS CULTURAIS LTDA	Cultura digital

Após análise e discussão a Comissão Julgadora de Projetos decidiu pela REPROVAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO dos projetos abaixo relacionados:

PROJETO	PROPONENTE	SEGMENTO
Elas são Teras! - 2a Temporada - Histórias de brasileiras extraordinárias	SEGUNDA CASA PRODUCOES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA.	Programas de rádio
Festival Gastronômico das Nações - Cultura dos Continentes	Delib Produções Vídeos Eventos Marketing Cultural e Es-	Patrimônio histórico e artístico portivo Ltda.

III – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação;

IIII – Esta portaria invalida a Portaria 79 no tocante da Comissão Julgadora previamente indicada.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL ÚNICO DE ENTIDADES PARCEIRAS DO TERCEIRO SETOR – CENTS

Processo nº 6025.2022/0032421-9

I - À vista dos elementos contidos no presente e nos termos da competência delegada pela Portaria nº 37/2020/SMC-G, DEFIRO o requerimento de inscrição da entidade sem fins lucrativos - ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE BRASIL E CHINA - AABC, inscrita no CNPJ nº 15.094.783/0001-97, como Entidade Parceira do Terceiro Setor - EPTS, junto ao Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor - CENTS, nos termos do Decreto Municipal nº 52.830, de 1º de dezembro de 2011.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL ÚNICO DE ENTIDADES PARCEIRAS DO TERCEIRO SETOR – CENTS

Processo nº 6025.2022/0032417-0

I - À vista dos elementos contidos no presente e nos termos da competência delegada pela Portaria nº 37/2020/SMC-G, DEFIRO o requerimento de inscrição da entidade sem fins lucrativos INSTITUTO CULTURAL ONCALO, inscrita no CNPJ nº

22.042.293/0001-02, como Entidade Parceira do Terceiro Setor - EPTS, junto ao Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor - CENTS, nos termos do Decreto Municipal nº 52.830, de 1º de dezembro de 2011.

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2022-2-238

GABINETE DO SECRETARIO
ENDERECO: AVENIDA SAO JOAO, 473 - 11 ANDAR
PROCESSOS DA UNIDADE SMC/CONPRES
2017-0.029.859-0 DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO HISTORICO - DPH
DOCUMENTAL

EM SUA 766 REUNIAO ORDINARIA DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022 ADIADA PARA 21 DE NOVEMBRO DE 2022, O COLEGIADO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVACAO DO PATRIMONIO HISTORICO, CULTURAL E AMBIENTAL DA CIDADE DE SAO PAULO - CONPRES, COM FUNDAMENTO NOS ELEMENTOS CONSTANTES NESTE PROCESSO, CONSIDERANDO O PARECER DO DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ACOLHENDO O RELATORIO DA CONSELHEIRA RELATORA, MANIFESTOU-SE PREJUDICADO AO PEDIDO DE CONTESTACAO INTERPOSTA PELA COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO, PARA NULIDADE DO TOMBAMENTO DAS ESTACOES DE METRO SANTANA, TIETE, ARMENIA E LIBERDADE.

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 1296

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
ENDERECO: AVENIDA SAO JOAO, 473
Processos da unidade SMC/DPH
Departamento do Patrimônio Histórico
6027.2022/0002813-0 (Comunicações Administrativas: Ofício)

Despacho Deferido
Interessado: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

DESPACHO: Com base no disposto nos artigos 18 e 21 da Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, endossamos o parecer técnico favorável emitido pela Supervisão de Salvaguarda (SEI 075815261), e AUTORIZAMOS o pedido de reforma dos vestiários do Parque Chácara do Jockey, situado à Rua Santa Crescência, nº 323 - Butantã, objeto do contribuinte municipal nº 123.001.0010-9, bem protegido pela Resolução nº 53/CON-PRESP/2018, conforme projeto apresentado (SEI 073859850 e 073860524, ambos do processo nº 6027.2019/0011093-1).

Salientamos, ainda, que o interessado deve obter as demais licenças e autorizações e atender toda a Legislação Edilícia incidente, além de consultar os órgãos de Preservação Estadual e Federal, quando pertinente.

I. Publique-se, a seguir tome-se as providências necessárias visando informar o interessado e posterior arquivamento.

Departamento do Patrimônio Histórico
6025.2022/0018344-5 (Reforma em Bem Tombado e Área Envolvente)

Despacho Deferido
Interessado: BANCO ITAÚ S.A.

DESPACHO: Com base no disposto nos artigos 18 e 21 da Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, endossamos o parecer técnico favorável emitido pela Supervisão de Salvaguarda (075453194) e DPH-CASP (075605299), e AUTORIZAMOS o pedido de reforma do imóvel situado à Avenida da Liberdade, nº 73 - Liberdade, objeto do contribuinte municipal nº 005.039.0102-4, caracterizado como área de interesse arqueológico pela Resolução nº 25/CONPRES/2018, conforme projeto apresentado (SEI 069059222 e 069059261).

Salientamos, ainda, que o interessado deve obter as demais licenças e autorizações e atender toda a Legislação Edilícia incidente, além de consultar os órgãos de Preservação Estadual e Federal, quando pertinente.

I. Publique-se, a seguir tome-se as providências necessárias visando informar o interessado e posterior arquivamento.

EDUCAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SME Nº 51, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022

6016.2022/0133241-0

DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS PARA A DESIGNAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS VAGOS E A SUBSTITUIÇÃO DE CARGOS DISPONÍVEIS DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO:

- o contido no inciso IV do artigo 37 da Constituição Federal/88;

- o previsto no artigo 54 da Lei nº 8.989/79;

- o contido no artigo 64 da Lei federal nº 9.394/96;

- o estabelecido nos artigos 55 a 57, 75 e 118 da Lei nº 14.660/07;

- o disposto no artigo 13 da Lei nº 14.709/08;

- o estabelecido no Decreto nº 54.453/13;

- o estabelecido no Decreto nº 57.817/17;

- o previsto no artigo 2º do Decreto nº 58.183/18;

- a Portaria SME nº 1.003/08, alterada pela Portaria SME nº 3.937/08;

- o estabelecido na Portaria SME nº 6.476/15;

- a necessidade suprir as Unidades Educacionais com recursos humanos, evitando a descontinuidade dos serviços prestados;

- a necessidade de definir normas para a designação de profissionais de educação para o exercício transitório de cargos vagos e a substituição de cargos disponíveis.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer procedimentos para o exercício transitório de cargo vago e para a substituição de cargo disponível de Diretor de Escola, de Coordenador Pedagógico, de Assistente de Diretor de Escola e de Secretário de Escola das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º Para exercer os cargos de Diretor de Escola e de Coordenador Pedagógico, o interessado deverá:

a) integrar a Carreira do Magistério Municipal;

b) deter estabilidade no serviço público municipal;

c) possuir Licenciatura em Pedagogia ou Pós-graduação lato sensu de Especialização em Educação ou Pós-graduação stricto sensu de Mestrado ou Doutorado em Educação;

d) estar em efetivo exercício no âmbito da SME e cumprindo suas funções presencialmente;

e) deter 3 (três) anos de experiência no magistério.

f) atender as condições previstas nos incisos I e II do artigo 23 desta Instrução Normativa - IN.

Art. 3º Para exercer o cargo de Assistente de Diretor de Escola, o interessado deverá deter, além das condições previstas no artigo anterior, 3 (três) anos de experiência no magistério municipal.

Art. 4º Para exercer cargo de Secretário de Escola, o interessado deverá integrar a Carreira de Auxiliar Técnico de Educação.

Art. 5º Compete ao Secretário Municipal de Educação designar servidores para exercer transitoriamente:

I – cargo vago ou disponível de Diretor de Escola e de Coordenador Pedagógico;

II – cargo disponível de Assistente de Diretor de Escola e de Secretário de Escola.

§ 1º O início da designação, nos cargos mencionados nos incisos I e II deste artigo, dar-se-á mediante autorização expressa do Diretor Regional de Educação, observado o disposto no artigo 12 desta Instrução Normativa.

§ 2º Quando se tratar do cargo de Coordenador Pedagógico a designação poderá ocorrer somente em períodos letivos ou períodos destinados à organização escolar previsto no Calendário de Atividades publicado anualmente.

§ 3º Será cessada a designação para os cargos mencionados no inciso I deste artigo, na hipótese do afastamento do designado por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos.

§ 4º Ocorrendo o disposto no parágrafo anterior, a respectiva Diretoria Regional de Educação deverá ser informada do fato para a adoção das providências cabíveis.

Art. 6º Caberá ao Diretor de Escola indicar ao Secretário Municipal de Educação o servidor que irá exercer cargo vago ou disponível de Assistente de Diretor de Escola e de Secretário de Escola.

§ 1º O início de exercício em cargo vago dar-se-á mediante nomeação no Diário Oficial da Cidade – DOC e formalização da posse na respectiva Diretoria Regional de Educação.

§ 2º Haverá substituição do titular do cargo de Assistente de Diretor de Escola e do cargo de Secretário de Escola afastado por período de 15 (quinze) a 60 (sessenta) dias.

§ 3º Na hipótese de afastamento do titular do cargo de Assistente de Diretor de Escola e do cargo de Secretário de Escola por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos deverá ser providenciada, pela Chefia Imediata, a exoneração do servidor afastado.

Art. 15. Mediante a homologação de concurso de acesso para o cargo de Diretor de Escola ou de Coordenador Pedagógico, na Unidade Educacional que contar com profissional designado em cargo, objeto do concurso, vago ou disponível por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, deverá ser providenciado com antecedência de 30 (trinta) dias para o término do mandato de 1 (um) ano:

I – abertura de processo eletivo, nos termos do artigo 8º e 9º desta IN, quando o profissional em exercício não contar com a aprovação no concurso de acesso objeto da designação;

II – deliberação pelo Conselho de Escola/CEI, nos termos do artigo 14 desta IN, quando o profissional em exercício contar com a aprovação no concurso de acesso objeto da designação.

Art. 16. Haverá a expedição de ato de designação em continuidade, na hipótese de novo afastamento do titular por qualquer tempo, para o profissional substituto e eleito pelo Conselho de Escola, observado o disposto no artigo 10 desta IN. § 1º Os períodos de substituição serão computados até o complemento de (01) um ano, com vistas ao cumprimento do disposto no artigo 14 desta IN.

§ 2º Para fins do disposto no “caput” deste artigo, será considerada continuidade as eventuais interrupções ocasionadas por finais de semana, feriados ou pontos facultativos.

§ 3º Os documentos concernentes à expedição de ato de designação em continuidade devem ser encaminhados para a SME.

Art. 17. Na hipótese de alteração de cargo vago para disponível ou de cargo disponível para vago, o Conselho de Escola deverá ser informado para registro em ata e providenciado o encaminhamento para a DRE, dos documentos necessários para a expedição dos atos oficiais de designação em continuidade, até o complemento de (01) um ano.

Art. 18. Por ocasião do processo eletivo ou indicação para ocupação dos cargos de que tratam esta Instrução Normativa fica vedado:

I – trabalhar sob as ordens diretas do cônjuge ou de parentes até segundo grau;

II – exercer cargo de Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico e de Assistente de Diretor de Escola, em acúmulo com cargo ou função docente, na mesma unidade educacional.

Art. 19. Caberá à Diretoria Regional de Educação, por meio do Supervisor Escolar da Unidade Educacional conduzir os trabalhos nos casos de ausência do Diretor de Escola e Assistente de Diretor de Escola, bem como orientar e acompanhar a abertura do processo eletivo para ocupação do cargo de Diretor de Escola.

Art. 20. Caberá ao Diretor Regional de Educação indicar, nos termos da legislação vigente, nas Unidades Educacionais recém-criadas, os profissionais que exercerão transitoriamente os cargos de Diretor de Escola, Assistente de Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico e Secretário de Escola.

§ 1º Para a indicação do Diretor de Escola e do Coordenador Pedagógico serão priorizados os profissionais aprovados e classificados no concurso vigente de acesso ao referido cargo.

§ 2º O processo eletivo para escolha dos ocupantes dos cargos de Diretor de Escola e de Coordenador Pedagógico deverá ocorrer no prazo máximo de até 90 (noventa) dias após o início de funcionamento da U.E.

§ 3º Os profissionais indicados pelo Diretor Regional de Educação poderão se candidatar para concorrer no processo eletivo.

Art. 21. A eleição para os cargos referidos nesta IN deverá assegurar a representatividade de cada segmento, mediante a expressão verbal do voto de cada membro do Conselho de Escola/CEI e registro em Ata.

I - A eleição mencionada no “caput” poderá ser realizada por meio de plataformas virtuais, desde que, assegurada:

a) a convocação e participação dos membros;

b) o convite aos integrantes das equipes gestora, docente e de apoio da U.E.;

c) a ciência e convite ao Supervisor Escolar;

d) o registro e leitura da Ata da reunião em tempo real.

Art. 22. Compete às Chefias Imediata e Mediata assegurar o cumprimento dos dispositivos estabelecidos nesta IN, em especial, quanto aos requisitos e condições legais para provimento dos cargos, a fim de que, sob nenhuma hipótese, ocorra exercício indevido das correspondentes funções.

Art. 23. A participação de servidor no processo eletivo ou por ocasião de sua indicação para exercer cargo em comissão está condicionada à anuência da chefia imediata quanto à liberação do servidor.

§ 1º Caberá ao servidor interessado em participar do processo eletivo apresentar, no ato da inscrição, declaração de anuência da chefia imediata mencionada no “caput” deste artigo.

§ 2º Quando o exercício das novas funções ocorrer em DRE diversa da de lotação, o interessado deverá apresentar no ato da inscrição, declarações de anuência das Chefias Imediata e Mediata.

§ 3º A declaração de anuência deverá integrar o processo de nomeação ou designação para os cargos de que tratam esta IN.

Art. 24. Caberá à DRE de vinculação providenciar professor para assumir a regência que vier a ser disponibilizada por ocasião da eleição ou indicação de professor para cargo/função de que trata esta IN.

Parágrafo único. A incumbência mencionada no “caput” deste artigo será devida na inexistência de professor substituto no âmbito da U.E onde ocorreu o processo eletivo ou indicação para o cargo/função.

Art. 25. Para efetivação da atribuição de classe/ aulas/ agrupamento disponibilizados em razão das designações ou nomeações de que tratam a presente Instrução Normativa deverá ser observado:

a) para a atribuição da turma no âmbito da U.E, por ordem de classificação e o disposto no parágrafo 1º do artigo 4º da Portaria SME nº 6.476/15;

b) para a atribuição da turma no âmbito da DRE por ordem de classificação e o disposto no artigo 23 da Portaria SME nº 6.476/15.

Art. 26. Considerar-se-á designação em continuidade em favor do profissional designado como Diretor de Escola, na hipótese de remoção de titular do cargo afastado das funções por férias ou licenças médicas.

§ 1º O procedimento mencionado no “caput” dar-se-á com a anuência do profissional designado e os documentos concernentes à expedição de ato de designação em continuidade devem ser encaminhados para a SME, para regularização da situação funcional.

§ 2º Ocorrendo o término do afastamento do titular do cargo, a designação será cessada e o profissional envolvido deverá reassumir de imediato as funções próprias do seu cargo base.

Art. 27. Quanto se tratar de designação de profissional readaptado para o cargo vago ou disponível de Diretor de Escola ou Coordenador Pedagógico, deverá ser apresentado laudo de compatibilidade de função emitido pela COGESS.

Art. 28. Os casos excepcionais ou omissos serão resolvidos pela Diretoria Regional de Educação, ouvida, se necessário, SME/COGED.

Art. 29. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Instrução Normativa SME nº 25, de 2021.

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMACOES - SEI
DESPACHOS: LISTA 1296

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ENDERECO: RUA BORGES LAGOA, 1230

Processos da unidade SME/DRE-MP/DIAF/CV/EI
Processo SEI nº 6016.2017/0050855-9. **LEIA-SE COMO SEGUIE E NÃO COMO CONSTOU EM D.O.C. de 15/12/2022 p. 145.**

Interessado: Organização da Sociedade Civil Associação de Lutas e Promoção Social Jardim Robrú e Adjacências

Assunto: Aditamento à Vigência do Termo de Colaboração nº 743/DRE-MP/2017-RPP, nos termos da Portaria SME nº 4.548/17, e alterações, cc. Instrução Normativa SME nº 5/2021.

DESPACHO:

I. À vista dos elementos que instruem o presente, em especial as manifestações dos setores técnicos competentes e o parecer jurídico, que acolhe e adota como razão de decidir, no exercício da competência delegada pela Portaria SME nº 5.318/2020, AUTORIZO, com fulcro na Portaria SME nº 4.548/2017 e alterações supervenientes, combinado com as disposições da Lei Federal nº 13.019/14, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14/12/2015, combinado com o Decreto Municipal nº 57.575/16, alterações supervenientes, o ADITAMENTO à vigência do Termo de Colaboração nº 743/DRE-MP/2017-RPP, com a Organização da Sociedade Civil Associação de Lutas e Promoção Social Jardim Robrú e Adjacências, inscrita no CNPJ sob o nº 04.676.010/0001-00, objetivando prorrogação à vigência do Termo de Colaboração a partir de 30/12/2022, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, com capacidade para atendimento de 65 crianças na faixa etária de 00 a 03 anos, sendo 16 de berçário, até 31/01/2023, pelo valor do repasse total mensal de R\$ 73.850,74 (setenta e três mil, oitocentos e cinquenta reais e setenta e quatro centavos) mais IPTU, e a partir de 01/02/2023, atendimento da capacidade de 69 crianças na faixa etária de 00 a 03 anos, sendo 32 de berçário, pelo valor de repasse total mensal de R\$ 83.116,50 (oitenta e três mil, cento e dezesseis reais e cinquenta centavos) mais IPTU, visando manutenção do CEI ALPS, localizado à Avenida Barão de Alagoas, nº 220, Itaim Paulista - CEP 08120-000 - São Paulo - Capital, de acordo com o contido na Minuta, SEI nº 075334449, e o Plano de Trabalho apresentado pela Organização, que faz parte integrante do presente.

II. Acolho as justificativas dos setores competentes para Aditamento da Parceria com a Organização da Sociedade Civil supracitada, com dispensa de chamamento público, considerando se tratar de atividades vinculadas a serviços de educação e o prévio credenciamento da Organização perante SME, de acordo com o permissivo constante do inciso IV do artigo 30 do Decreto Municipal nº 57.575/16.

III. Nos termos do art. 18, VII, da Portaria SME nº 4.548/2017, fica designado como Gestor da Parceria, a servidora Sra. Lillian Aparecida Fernandes Balbino, RF 703.655.8 v.1, e como suplente, a servidora Sra. Marisa Martins da Conceição, RF 577.334.2 v.2.

IV. A Comissão de Monitoramento e Avaliação será aquela designada pela Portaria DRE-MP nº 282/2021.

V. As despesas decorrentes da celebração ora autorizada onerarão a dotação orçamentária nº 16.20.12.365.3025.2.828.3.3.50.39.00.00.

VI. As documentações e certidões exigidas pela Portaria SME nº 4.548/2017, deverão estar em vigor no momento da lavratura do termo de aditamento.

VII. Publique-se no sítio oficial de SME, na internet e no DOC.

VIII. Remeta-se ao Núcleo de Contabilidade da Diretoria Regional de Educação de São Miguel para emissão da Nota de Empenho e demais providências subsequentes.

São Paulo, 19 de dezembro de 2022.

PROCESSO SEI nº 6016.2017/0050991-1

INTERESSADO: Organização da Sociedade Civil Associação Comunitária Projeto Aurea - CEI Anjo Camael
Assunto: Aditamento à Vigência do Termo de Colaboração nº 350/DRE-MP/2018-RPP, nos termos da Portaria SME nº 4.548/17, e alterações, cc. Instrução Normativa SME nº 5/2021.

DESPACHO:

I. À vista dos elementos que instruem o presente, em especial as manifestações dos setores técnicos competentes e o parecer jurídico, que acolhe e adota como razão de decidir, no exercício da competência delegada pela Portaria SME nº 5.318/2020, AUTORIZO, com fulcro na Portaria SME nº 4.548/2017 e alterações supervenientes, combinado com as disposições da Lei Federal nº 13.019/14, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14/12/2015, combinado com o Decreto Municipal nº 57.575/16, alterações supervenientes, o ADITAMENTO à vigência do Termo de Colaboração nº 350/DRE-MP/2018-RPP, com a Organização da Sociedade Civil Associação Comunitária Projeto Aurea inscrita no CNPJ sob o nº 21.193.970/0001-20 objetivando prorrogação à vigência do Termo de Colaboração a partir de 01/01/2023, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, com capacidade para atendimento de 58 crianças na faixa etária de 00 a 03 anos, sendo 18 de berçário, até 31/01/2023, pelo valor do repasse total mensal de R\$ 68.904,32 (sessenta e oito mil, novecentos e quatro reais e trinta e dois centavos) mais IPTU, e a partir de 01/02/2023, atendimento da capacidade de 60 crianças na faixa etária de 00 a 03 anos, sendo 11 de berçário, pelo valor de repasse total mensal de R\$ 68.280,51 (sessenta e oito mil, duzentos e oitenta reais e cinquenta e um centavos) mais IPTU, visando manutenção do CEI Anjo Camael, localizado à Rua Folha Dourada, nº 05, Jardim Miraglia - CEP: 08161-060 - São Paulo - Capital, de acordo com o contido na Minuta, SEI nº 075610089, e o Plano de Trabalho apresentado pela Organização, que faz parte integrante do presente.

II. Acolho as justificativas dos setores competentes para Aditamento da Parceria com a Organização da Sociedade Civil supracitada, com dispensa de chamamento público, considerando se tratar de atividades vinculadas a serviços de educação e o prévio credenciamento da Organização perante SME, de acordo com o permissivo constante do inciso IV do artigo 30 do Decreto Municipal nº 57.575/16.

III. Nos termos do art. 18, VII, da Portaria SME nº 4.548/2017, fica designado como Gestor da Parceria, a servidora Sra. Lillian Aparecida Fernandes Balbino, RF 703.655.8 v.1, e como suplente, a servidora Sra. Marisa Martins da Conceição, RF 577.334.2 v.2.

IV. A Comissão de Monitoramento e Avaliação será aquela designada pela Portaria DRE-MP nº 282/2021.

V. As despesas decorrentes da celebração ora autorizada onerarão a dotação orçamentária nº 16.20.12.365.3025.2.828.3.3.50.39.00.00.

VI. As documentações e certidões exigidas pela Portaria SME nº 4.548/2017, deverão estar em vigor no momento da lavratura do termo de aditamento.

VII. Publique-se no sítio oficial de SME, na internet e no DOC.

VIII. Remeta-se ao Núcleo de Contabilidade da Diretoria Regional de Educação de São Miguel para emissão da Nota de Empenho e demais providências subsequentes.

São Paulo, 16 de dezembro de 2022.

PROCESSO SEI nº 6016.2017/0051386-2

INTERESSADO: Organização da Sociedade Civil Associação Comunitária Florestan Fernandes - CEI Jardim das Camélias

Assunto: Aditamento à Vigência do Termo de Colaboração nº 288/DRE-MP/2018-RPI, nos termos da Portaria SME nº 4.548/17, e alterações, cc. Instrução Normativa SME nº 5/2021.

DESPACHO:

I. À vista dos elementos que instruem o presente, em especial as manifestações dos setores técnicos competentes e o parecer jurídico, que acolhe e adota como razão de decidir, no exercício da competência delegada pela Portaria SME nº 5.318/2020, AUTORIZO, com fulcro na Portaria SME nº 4.548/2017 e alterações supervenientes, combinado com as disposições da Lei Federal nº 13.019/14, alterada pela Lei Federal

nº 13.204, de 14/12/2015, combinado com o Decreto Municipal nº 57.575/16, alterações supervenientes, o ADITAMENTO à vigência do Termo de Colaboração nº 288/DRE-MP/2018-RPI, com a Organização da Sociedade Civil Associação Comunitária Florestan Fernandes inscrita no CNPJ sob o nº 05.504.760/0001-50 objetivando prorrogação à vigência do Termo de Colaboração a partir de 01/01/2023, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, com capacidade para atendimento de 196 crianças na faixa etária de 00 a 03 anos, sendo 98 de berçário, até 31/01/2023, pelo valor do repasse total mensal de R\$ 195.414,10 (cento e noventa e cinco mil, quatrocentos e catosze reais e dez centavos) mais IPTU, e a partir de 01/02/2023, atendimento da capacidade de 191 crianças na faixa etária de 00 a 03 anos, sendo 85 de berçário, pelo valor de repasse total mensal de R\$ 187.096,65 (cento e oitenta e sete mil, noventa e seis reais e sessenta e cinco centavos) mais IPTU, visando manutenção do CEI Jardim das Camélias, localizado à Rua Lírio da Serra, nº 276, Jardim das Camélias - CEP: 08050-460 - São Paulo - Capital, de acordo com o contido na Minuta, SEI nº 075729849, e o Plano de Trabalho apresentado pela Organização, que faz parte integrante do presente.

II. Acolho as justificativas dos setores competentes para Aditamento da Parceria com a Organização da Sociedade Civil supracitada, com dispensa de chamamento público, considerando se tratar de atividades vinculadas a serviços de educação e o prévio credenciamento da Organização perante SME, de acordo com o permissivo constante do inciso IV do artigo 30 do Decreto Municipal nº 57.575/16.

III. Nos termos do art. 18, VII, da Portaria SME nº 4.548/2017, fica designado como Gestor da Parceria, a servidora Sra. Lillian Aparecida Fernandes Balbino, RF 703.655.8 v.1, e como suplente, a servidora Sra. Marisa Martins da Conceição, RF 577.334.2 v.2.

IV. A Comissão de Monitoramento e Avaliação será aquela designada pela Portaria DRE-MP nº 282/2021.

V. As despesas decorrentes da celebração ora autorizada onerarão a dotação orçamentária nº 16.20.12.365.3025.2.828.3.3.50.39.00.00.

VI. As documentações e certidões exigidas pela Portaria SME nº 4.548/2017, deverão estar em vigor no momento da lavratura do termo de aditamento.

VII. Publique-se no sítio oficial de SME, na internet e no DOC.

VIII. Remeta-se ao Núcleo de Contabilidade da Diretoria Regional de Educação de São Miguel para emissão da Nota de Empenho e demais providências subsequentes.

São Paulo, 16 de dezembro de 2022.

Processo SEI nº 6016.2019/0073040-9

Interessado: Organização da Sociedade Civil Associação Agregando Valores à Vida.

Assunto: Aditamento do Termo de Colaboração nº 211/DRE-MP/2019. Portaria SME nº 4.548/2017.

I. À vista dos elementos que instruem o presente, em especial as manifestações dos setores técnicos competentes e o parecer jurídico que acolhe e adota como razão de decidir, no exercício da competência delegada pela Portaria SME nº 5.318/2020, AUTORIZO, com fulcro nas disposições da Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Municipal nº 57.575/16, Portaria SME nº 4.548/2017, Instrução Normativa SME nº 29/20 e nº 53/21, o ADITAMENTO da Capacidade do Termo de Colaboração nº 211/DRE-MP/2019-RPP, a partir de 01/02/2023, com a Organização da Sociedade Civil Associação Agregando Valores à Vida, inscrita no CNPJ sob o nº 13.632.083/0001-83, que tem por objeto a manutenção do CEI VOVÓ FÁTIMA II, para atendimento de 70 crianças de 00 a 03 anos, sendo 33 de berçário, pelo valor de repasse total no valor de R\$ 88.210,51 (oitenta e oito mil, duzentos e dez reais e cinquenta e um centavos) mais IPTU.

II. As despesas decorrentes do aditamento ora autorizadas onerarão a dotação orçamentária nº 16.20.12.365.3025.2.828.3.3.50.39.00.00.

III. A documentação exigida pela Portaria SME nº 4.548/2017 deverá estar em vigor no momento da efetiva formalização do aditamento.

IV. Publique-se.

V. Remeta-se ao Setor de Contabilidade da DRE-MP, para emissão da Nota de Empenho e demais providências subsequentes.

Processos da unidade SME/DRE-MP/DIAF/PRÉDIOS_E_EQUI

São Paulo, 19 de dezembro de 2022.
Processo SEI: 6016.2022/0128948-5 Manutenção predial 1º escalão do Decreto nº29.929/91

I - No uso das atribuições a mim delegadas pelo Título de Nomeação 35 de 28/02/2019 e tendo em vista a reserva orçamentária de nº 78.652 e demais elementos contidos nestes autos de processo, AUTORIZO, com fundamento no inciso I artigo 24 da Lei Federal 8.666/93, Lei Municipal 13.278/02, a contratação da Empresa: SOS JARDINAGEM LTDA - EPP - CNPJ: 25.338.118/0001-20, objetivando a manutenção predial prevista no 1º Escalão do Decreto Municipal nº 29.929/91 para o prédio da EMEI LUIZA HELENA DE BARROS, onerando a Dotação Orçamentária 16.20.12.365.3025.4.362.3.3.90.39.00.00.0, no valor total de R\$ 14.812,18 (quatorze mil oitocentos e doze reais e doze centavos), do orçamento vigente.

II- Fiscal Titular-José Alberto de Souza-RF:811.731.4 e Fiscal Suplente-Érika Tatiana Garcia Toledo-RF:707.120.5.

III- Publique-se o item I e II,
IV- Encaminhe-se a Diretoria de Planejamento desta Diretoria para as providências cabíveis.

São Paulo, 19 de dezembro de 2022.
Processo SEI: 6016.2022/0128008-9 Manutenção predial 1º escalão do Decreto nº29.929/91

I - No uso das atribuições a mim delegadas pelo Título de Nomeação 35 de 28/02/2019 e tendo em vista a reserva orçamentária de nº 78.463 e demais elementos contidos nestes autos de processo, AUTORIZO, com fundamento no inciso I artigo 24 da Lei Federal 8.666/93, Lei Municipal 13.278/02, a contratação da Empresa: SOS JARDINAGEM LTDA - EPP - CNPJ: 25.338.118/0001-20, objetivando a manutenção predial prevista no 1º Escalão do Decreto Municipal nº 29.929/91 para o prédio da CEI JARDIM MILUNAS, onerando a Dotação Orçamentária 16.20.12.365.3025.4.360.3.3.90.39.00.00.0, no valor total de R\$ 15.478,20 (quinze mil quatrocentos e setenta e oito reais e vinte centavos), do orçamento vigente.

II- Fiscal Titular-José Alberto de Souza-RF:811.731.4 e Fiscal Suplente-Érika Tatiana Garcia Toledo-RF:707.120.5.

III- Publique-se o item I e II,
IV- Encaminhe-se a Diretoria de Planejamento desta Diretoria para as providências cabíveis.

Processos da unidade SME/DRE-PE/DIAF/CV/EI
REPUBLICAÇÃO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES
DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - PENHA
PUBLICAÇÃO POR OMISSÃO DO PROCESSO SEI nº 6016.2022/0122485-5

PORTARIA Nº 413/2022, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022
CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS PARA ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS MATRICULADAS NOS CEIS, NOS PERÍODOS DE FÉRIAS E RECESSO ESCOLAR 2023

O Diretor Regional de Educação da Diretoria Regional de Educação Penha, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições do Edital de Chamamento Público nº 05, de 10/11/2022, publicada no DOC de 11/11/2022, páginas 74, RESOLVE: I - Fica constituída a Comissão de Avaliação e Monitoramento composta pelos seguintes servidores, nos termos do disposto no item 7 do Edital de Chamamento Público nº 05/2022: I - Angela Maria Lorenzo Rodriguez Gomez - RF:

539.399.0 2 - Ana Cláudia Zanchetti - RF: 745.034.6 1 - Nívea Cristina Matias - RF 743.781.1 1.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - PENHAPROCESSO SEI Nº 6016.2017/0059012-3 Interessado: CENTRO SOCIAL SANTA MARIA GORETTI/CEI MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA Assunto:ADITAMENTO DE CAPACIDADE E PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA

I.À vista dos elementos que instruem o presente, em especial as manifestações dos setores técnicos competentes e o parecer jurídico que acolhe e adota como razão de decidir, no exercício da competência delegada pela Portaria SME nº 5.318/2020, AUTORIZO, com fulcro nas disposições da Lei Federal nº 13.019/14, Decreto nº 57.575/16 e Portaria SME nº 4.548/2017 e alterações posteriores, o aditamento para prorrogação de vigência e alteração de capacidade com o CENTRO SOCIAL SANTA MARIA GORETTI, C.N.P.J. Nº 62.592.712/0001-02, que tem por objeto a manutenção do CEI MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA, com atendimento a 81 crianças de 00 a 03 anos, sendo 32 crianças de berçário, pelo valor de repasse mensal de R\$ 95.173,64 (noventa e cinco mil, cento e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos), incluindo acréscimo de R\$ 5.100,00 para os auxiliares de sala, de acordo com os documentos apresentados, a partir de 01/01/2023, segundo artigo 9º, § 2º, da Portaria nº 4.548/2017.

II.Acolho as justificativas dos setores competentes com a organização da sociedade civil acima indicada, com dispensa de chamamento público, considerando se tratar de atividades vinculadas a serviços de educação e o prévio credenciamento da organização perante SME, de acordo com o permissivo constante do inciso IV do artigo 30 do Decreto nº 57.575/16.

III.Nos termos do art. 18, VII, da Portaria SME nº 4.548/2017, fica designado como Gestor da parceria, a servidora Ângela Maria Lorenzo Rodriguez Gomez, RF 539.399.0, e como suplente, a servidora Ângela Mahiko Tomanari, RF 599.492.6.

IV.A documentação exigida pela Portaria 4.548/17 deverá estar em vigor no momento da lavratura do termo de aditamento.

V. As despesas decorrentes do aditamento ora autorizado onerarão a dotação orçamentária nº.16.17.12.365.3010.2828.335039.00.00, e encontram-se previstas no orçamento para 2023.

VI.Após, à DIAF - Núcleo de Parcerias e Convênios para lavratura do termo de aditamento e publicação do respectivo extrato.

VII - PUBLIQUE-SE
São Paulo, 20 de dezembro de 2022.
DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO PENHA
ADITAMENTO PARA PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO DE CAPACIDADE
INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL FORÇA E VIDA - CEI SEMENTINHA DO BEM
DO SEI 6016.2017/0057309-1

I.À vista dos elementos que instruem o presente, em especial as manifestações dos setores técnicos competentes e o parecer jurídico que acolhe e adota como razão de decidir, no exercício da competência delegada pela Portaria SME nº 5.318/2020, AUTORIZO, com fulcro nas disposições da Lei Federal nº 13.019/14, Decreto nº 57.575/16 e Portaria SME nº 4.548/2017 e alterações posteriores, o Aditamento para prorrogação de vigência e alteração de capacidade com o INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL FORÇA E VIDA - CNPJ nº 02.080.755/0001-79, que tem por objeto a manutenção do CEI SEMENTINHA DO BEM, com atendimento a 102 crianças de 00 a 03 anos, sendo 67 crianças de berçário, pelo valor de repasse mensal de R\$ 132.456,12 (Cento e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e doze centavos), incluindo acréscimo de R\$ 5.100,00 para os auxiliares de sala, de acordo com os documentos apresentados, a partir de 01/01/2023, segundo artigo 9º, § 2º, da Portaria nº 4.548/2017.

II.Acolho as justificativas dos setores competentes com a organização da sociedade civil acima indicada, com dispensa de chamamento público, considerando se tratar de atividades vinculadas a serviços de educação e o prévio credenciamento da organização perante SME, de acordo com o permissivo constante do inciso IV do artigo 30 do Decreto nº 57.575/16.

III.Nos termos do art. 18, VII, da Portaria SME nº 4.548/2017, fica designado como Gestor da parceria, a servidora Ângela Maria Lorenzo Rodriguez Gomez, RF 539.399.0, e como suplente, a servidora Ângela Mahiko Tomanari, RF 599.492.6.

IV.A documentação exigida pela Portaria 4.548/17 deverá estar em vigor no momento da lavratura do termo de aditamento.

V. As despesas decorrentes do aditamento ora autorizado onerarão a dotação orçamentária nº.16.17.12.365.3010.2828.335039.00.00, já previstas em orçamento para 2023.

VI.Após, à DIAF - Núcleo de Parcerias e Convênios para lavratura do termo de aditamento e publicação do respectivo extrato.

VII - PUBLIQUE-SE
D